EDITORIAL

DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: POLÍTICAS, PRÁTICAS E DESAFIOS ESTRUTURAIS

Apresentação

O presente Dossiê reúne pesquisas que examinam criticamente a relação entre direitos humanos, políticas públicas e desigualdades estruturais no Brasil contemporâneo. Sob o título *Direitos Humanos no Brasil: Políticas, Práticas e Desafios Estruturais*, a coletânea articula debates provenientes de diferentes áreas do conhecimento e de distintas regiões do país, convergindo em torno de três eixos centrais: educação em direitos humanos, políticas de segurança pública e saúde mental, e relações entre Estado, justiça social e vulnerabilidades.

A abertura do dossiê se dá com o artigo *Educação em Direitos Humanos: perspectivas e desafios na educação básica brasileira*, de Aldemir dos Santos Dias, Rodrigo de Moura Reis e Wellington Sérgio de Souza, que discute as tensões entre normativas internacionais e a realidade das escolas brasileiras, apontando limites estruturais para a consolidação de uma cultura democrática. Na mesma direção, Weysller Matuzinhos de Moura analisa, em *A importância da formação em direitos humanos nas graduações de tecnologia como um mecanismo de garantia de direitos dos cidadãos*, os impactos da educação em direitos humanos para a formação cidadã em cursos tradicionalmente afastados das humanidades, ressaltando o papel da interdisciplinaridade na promoção de práticas igualitárias.

O conjunto de artigos dedicados à segurança pública e à saúde mental apresenta diagnósticos fundamentais sobre o adoecimento no setor. Pedro Filipe Cruz Cardoso de Andrade discute, em *Adoecimento psíquico e saúde ocupacional na Segurança Pública*, os determinantes organizacionais que atravessam a experiência profissional de agentes de segurança. Emerson Puche Bueno aprofunda essa discussão ao examinar, em *Entre a dignidade humana e o estigma: cultura organizacional e saúde mental de policiais militares*, a cultura organizacional das polícias militares e os impactos psicossociais dessa estrutura hierárquica sobre seus integrantes. Na sequência, Bruno Patrício de Azevedo Campos apresenta, em *Programas, ações e desafios na promoção do bem-estar e saúde mental entre policiais militares do Brasil*, uma análise comparativa de políticas e iniciativas nacionais. Edmilton

Ricardo Emanuel Marques dos Reis e Wilquerson Felizardo Sandes discutem, em *A hospitalidade e a qualidade de vida e trabalho do profissional de segurança pública*, a interface entre acolhimento institucional, reconhecimento e condições materiais de trabalho.

O dossiê amplia o debate ao incluir reflexões sobre o papel do Estado no enfrentamento das desigualdades sociais. No artigo *Finanças públicas e direitos humanos: o Estado tributário como instrumento de promoção da justiça social*, Bruno Vilarinho Pires examina a função distributiva do sistema tributário e sua relação com a efetivação de direitos fundamentais, abordando tensões entre política fiscal, orçamento público e garantias constitucionais.

O dossiê também agrega discussões sobre tecnologias aplicadas à segurança. Em *Câmeras corporais: ferramentas complementares à preservação dos direitos e garantias fundamentais no Estado Democrático de Direito*, Rachid Diniz Ferreira Sallé e Helena Esser dos Reis analisam as potencialidades da videogravação operacional para a prevenção de violações e para o fortalecimento da transparência institucional, destacando evidências empíricas recentes no contexto brasileiro.

A seção final do dossiê dedica-se aos desafios da proteção de crianças e adolescentes, com o artigo *Violência infanto-juvenil na capital do Estado do Amazonas: uma análise do aumento progressivo dos registros de ocorrência criminais*, de Juliana Tuma Gouveia Tavares, Maurides Macêdo e Jéssica Painkow Rosa Cavalcante, que apresenta um estudo sobre o crescimento dos registros de violência envolvendo crianças e adolescentes, examinando suas relações com fatores socioeconômicos e os desafios das políticas públicas de enfrentamento.

Complementando o volume, a **seção Artigos** reúne três contribuições que ampliam o escopo temático da edição e reforçam o caráter interdisciplinar da Revista de Direito Socioambiental. Em *A dimensão econômica da SADC: um olhar conducente à materialização de políticas econômicas da Região Austral da África*, João Luís Araújo analisa os desafios da integração regional no contexto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), discutindo os limites e potencialidades das políticas econômicas voltadas à cooperação e ao desenvolvimento regional.

Na sequência, Matheus de Mendonça Gonçalves Leite, Joyce Machado Reinoso e Carlos José Andrade Silveira apresentam o artigo *Modernidade, colonialidade e mineração: neoextrativismo e resistência dos povos e comunidades tradicionais*, no qual investigam os nexos entre colonialidade, expansão da fronteira minerária e violação de direitos humanos, evidenciando como os conflitos

socioambientais contemporâneos se relacionam à permanência de estruturas históricas de dominação e à resistência dos povos e comunidades tradicionais.

Encerrando a edição, Pedro Henrique Corrêa Guimarães, em *As territorialidades Yanomami: margens entre a geografia, a literatura e o direito*, propõe uma reflexão interdisciplinar sobre as múltiplas concepções de território presentes na cosmologia Yanomami, articulando contribuições da geografia cultural, da literatura e do direito para problematizar os limites das interpretações jurídicas tradicionais acerca dos territórios indígenas e reafirmar o território como espaço de identidade, memória e resistência.

Os textos aqui reunidos refletem a diversidade temática, metodológica e territorial que caracteriza os estudos contemporâneos em direitos humanos, justiça social e questões socioambientais. Constituem contribuições relevantes para compreender a complexidade das desigualdades estruturais, os efeitos da atuação estatal na vida dos sujeitos, os desafios da proteção de grupos vulnerabilizados e as possibilidades de construção de políticas públicas comprometidas com a dignidade humana, a democracia e a justiça socioambiental.

Editorial

Celebrar vinte e cinco anos do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa, Ensino e Extensão em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás é mais do que rememorar trajetórias; é reenquadrar um compromisso político, ético e acadêmico que se tornou referência nacional na formação crítica e na produção interdisciplinar em direitos humanos. O XV Pensar Direitos Humanos, realizado em 2024, foi concebido exatamente como esse gesto de memória ativa, capaz de conjugar passado, presente e futuro em uma reflexão coletiva sobre o sentido e o alcance da dignidade humana em tempos de crise.

Desde seu surgimento, o NDH compreendeu que pensar direitos humanos no Brasil exige enfrentar uma realidade marcada por desigualdades arraigadas, por formas persistentes de violência e por uma cultura política que oscila entre a abertura democrática e tendências de fechamento autoritário. É nesse cenário que o Núcleo se consolidou como espaço de acolhimento epistêmico e articulação interdisciplinar, afirmando que nenhuma leitura válida da realidade pode prescindir do encontro entre saberes, práticas e territórios. A celebração dos seus 25 anos afirmou essa vocação: não foi um

evento nostálgico, mas uma reafirmação pública de que a universidade deve permanecer como lugar de resistência, diálogo e invenção.

O Pensar Direitos Humanos de 2024 homenageou essa trajetória com aquilo que sempre constituiu a força do NDH, isto é, o debate crítico, o exercício rigoroso do pensamento e a abertura à pluralidade de vozes e experiências. Em suas mesas, rodas de conversa e trabalhos apresentados, evidenciou-se novamente que a interdisciplinaridade não é um adorno conceitual, mas condição necessária para compreender problemas que atravessam a sociedade brasileira em múltiplas dimensões. A educação em direitos humanos, a saúde mental de agentes públicos, a segurança cidadã, a justiça fiscal, a violência infantojuvenil, a cultura, a religião e as mídias não são temas isolados; são partes de um mesmo mosaico que revela os contornos de um país em disputa contínua por sentidos de humanidade.

É dessa atmosfera de reflexão, maturidade institucional e compromisso público que nasce este dossiê. Os artigos aqui reunidos não apenas ecoam a densidade teórica que marcou as atividades comemorativas, mas também projetam caminhos possíveis para a renovação das práticas democráticas. Eles revelam que os direitos humanos continuam sendo terreno de disputa, mas também campo fecundo de reconstrução político-social. Em todos eles, reconhecemos uma mesma pulsação: a de que não basta diagnosticar o presente; é preciso vislumbrar o que pode ser transformado.

As pesquisas sobre educação reafirmam a centralidade da escola e da formação acadêmica como espaços de resistência em um país atravessado por tentativas recorrentes de silenciamento e controle pedagógico. Os estudos sobre segurança pública e saúde mental evidenciam a urgência de repensar instituições marcadas historicamente pela violência, propondo práticas e políticas que defendam, de modo inegociável, a dignidade de trabalhadores e da população. As análises sobre finanças públicas, câmeras corporais e violência infantojuvenil mostram, cada uma à sua maneira, que os direitos humanos atravessam a gestão do Estado, o uso de tecnologias, a proteção de crianças e adolescentes, exigindo respostas institucionais que articulem justiça, transparência e cuidado.

Ao reunir essas reflexões, o dossiê presta homenagem ao espírito formador do NDH: uma instituição que, ao longo de um quarto de século, alimentou a convicção de que a defesa da dignidade humana precisa ser obra coletiva, inseparável do diálogo entre universidade e sociedade. Como nos lembra Paulo Freire, a esperança que mobiliza a ação não é expectativa passiva; é movimento. Nesse sentido, este dossiê é expressão desse verbo ativo que tem marcado a história do Núcleo: esperançar.

Que os vinte e cinco anos do NDH nos inspirem a seguir construindo, dentro e fora da universidade, práticas de pesquisa, ensino e extensão comprometidas com a democracia, com a solidariedade e com as lutas por justiça social. E que as reflexões aqui reunidas continuem alimentando essa travessia, mantendo vivo o compromisso que sustentou o XV Pensar Direitos Humanos: pensar criticamente o mundo para transformá-lo.

Morrinhos, 30 de abril de 2026.

Dr. Elson Santos Silva
Dr. João da Cruz
Dr.ª Jéssica Painkow Rosa Cavalcante
Dr.ª Maurides Macêdo
Dr. Thiago Henrique Costa Silva
Dr.ª Vilma de Fátima Machado
Dr.ª Helena Esser